

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00154214

NOME: Laercio de Souza Medeiros. **CNPJ/CPF** N° 679.867.657-04. **ENDEREÇO:** Rua Palaio Martins Paixão, n° 200. **MUNICÍPIO:** Itape-
runa - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 31, da Lei Estadual N° 3.467/00. **PE-
NALIDADE:** Multa Simples R\$ 5.500,00. **PROCESSO N° E-
07/002.103663/2018.**

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00151165

NOME: Light Serviços de Eletricidade S/A. **CNPJ/CPF** N°
60.444.437/0001-46. **ENDEREÇO:** Entre as Ruas Pedro Lessa, Ave-
nida do Comercio e Barata Ribeiro - Jardim Metrópole e Olavo Bilac.
MUNICÍPIO: Duque de Caxias - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 64, da Lei Es-
tadual N° 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 15.347,95. **PRO-
CESSO N° E-07/002.35/2016.**

AUTO DE INFRAÇÃO N° COGEFISEAI/00154226

NOME: Sidnei Mendes da Silva. **CNPJ/CPF** N° 834.626.867-04. **EN-
DEREÇO:** Travessa dos Democráticos, n° 1. **MUNICÍPIO:** São Gon-
çalo - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 31, da Lei Estadual N° 3.467/00. **PE-
NALIDADE:** Multa Simples R\$ 3.000,00. **PROCESSO N° E-
07/002.2470/2018.**

NOTIFICAÇÃO N° SUPMANOT/01114029
EM 11/03/2020

NOME: Eliana Andrade da Silva. **CNPJ/CPF** 077.997.287-28. **ENDE-
REÇO DA ATIVIDADE:** Rua José Manoel Knupp, S/N° Estrada da Bo-
caina, São Pedro da Serra. **MUNICÍPIO:** Nova Friburgo - RJ. **DES-
CRIÇÃO:** Fica V.S.ª notificado que o procedimento administrativo n° E-
07/002.14473/2014, referente à solicitação de Certidão Ambiental que
atesta a conformidade de edificação para fins de fornecimento de ser-
viços públicos foi indeferido e está sendo arquivado, conforme Parecer
Técnico n° SUPMA-144/2019. **PRAZO PARA CUMPRIMENTO:** 15
(quinze) dias para apresentação do recurso administrativo a contar da
data desta publicação. **PROCESSO N° E-07/002.14473/2014.**

Id: 2242437

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 09.03.2020

PROCESSO N° SEI-02/007/000732/2020 - RECONHEÇO A DÍVIDA,
no valor de R\$ 21.005,97 (vinte e um mil cinco reais e noventa e sete
centavos), em favor da Trivale Administração Ltda.

Id: 2242394

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 10.03.2020

PROCESSO N° E-02/007/101266/2018 - RATIFICO, nos termos da Lei
Federal n° 8.666/93, artigo 26, dispensa de licitação, fundamentada no
supracitado diploma legal, art. 24, Inc. VIII, a favor da FUNDAÇÃO
SANTA CABRINI, no valor de R\$ 116.354,70 (cento e dezesseis mil
trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos), pela pres-
tação dos serviços em regimes Semiaberto, Aberto, PAD e Livramento
Condicional, conforme a autorização do Sr. Diretor Geral, autoridade
ordenadora de despesas.

Id: 2242194

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 10.03.2020

PROCESSO N° SEI-02/007/000543/2020 - ISAURA VIEIRA MATTOS,
ID Funcional n° 104373-0- **CONCEDO** o Auxílio Funeral.

Id: 2242417

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUS-
TENTÁVEL

ATO DO PRESIDENTE
RESOLUÇÃO SEAPPA/CEDRUS N° 03
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020

cria a CÂMARA TÉCNICA DE DEFESA
AGROPECUÁRIA E PESQUEIRA NO ÂMBITO
DO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVI-
MENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMEN-
TO RURAL SUSTENTÁVEL - CEDRUS, no uso de suas atribuições,
e tendo em vista decisão do plenário, como consta inclusive na Ata,
referente à Reunião Extraordinária, realizada em 07 de novembro de
2019, de acordo com o art. 7º do Decreto n° 44021/13, de 07.01.2013
e o Art. 19 da Resolução SEAPPA/CEDRUS n° 02, de 10 de maio de
2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Câmara Técnica de Defesa Agropecuária e Pesqueira
no âmbito do CEDRUS, que terá como finalidade:

I - receber do CEDRUS e analisar reivindicações dos segmentos pú-
blico e privado, priorizando as demandas dos Conselhos Municipais
de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDR, emitindo pareceres e
elaborando propostas que contribuam para o desenvolvimento susten-
tável do segmento de Defesa Agropecuária e Pesqueira constituído
pelos agricultores, floricultores, viveiristas, pescadores, pecuaristas e
empreendedores rurais, proporcionando o aumento da capacidade
produtiva, de beneficiamento e comercialização para geração de em-
pregos, melhoria da renda e do bem estar social;

II - analisar projetos contidos nos PMDR (Planos Municipais de De-
senvolvimento Rural) relatando ao CEDRUS;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de Programas de
Defesa Agropecuária e Pesqueira no âmbito estadual;

IV - elaborar propostas de políticas públicas a serem encaminhadas,
através do CEDRUS, aos órgãos da administração federal estadual e
municipal;

V - definir e encaminhar aplicação de critérios para a aferição de de-
manda de Defesa Agropecuária e Pesqueira, buscando detalhar os le-
vantamentos a nível local ou regional, por grupo de agricultor e por
tipo de empreendimento;

VI - negociar tecnicamente as propostas das entidades participantes,
referentes as políticas de Defesa Agropecuária e Pesqueira a serem
encaminhadas à Secretaria Executiva;

VII - manter a Secretaria Executiva informada sobre as suas ativida-
des e resultados obtidos, através de relatórios periódicos.

Art. 2º - A Câmara Técnica de Defesa Agropecuária e Pesqueira será
constituída por um representante, titular e suplente, dos seguintes ór-
gãos e entidades:

I - Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Ja-
neiro - ABIO;

II - Associação de Pescadores de São Gonçalo;

III - Associação de Pescadores Z-3 de Macaé;

IV - Associação de Pescadores Z- 4 de Cabo Frio;

V - Associação de Pescadores Z-5 de Arraial do Cabo;
VI - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEA-
SA;
VII - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do
Rio de Janeiro -EMATER-RIO;
VIII - Empresa de Pesquisa Agropecuário do Estado do Rio de Ja-
neiro - PESAGRO-RIO;
IX - Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro - FAERJ;
X-Federação de Apicultores do Rio de Janeiro - FAERJ;
XI - Federação dos Pescadores - FEPERJ;
XII - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio
de Janeiro - FETAGRI/RJ;
XIII - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FI-
PERJ;
XIV - Instituto de Desenvolvimento da Ação Comunitária - IDACO;
XV - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro -
ITERJ;
XVI - Projeto Educação Ambiental - PEA-PESCARTE;
XVII - Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS;
XVIII - Secretaria de Estado de Saúde - SES;
XIX - Superintendência de Defesa Agropecuária - SEAPPA/RJ;
XX - Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Refor-
ma Agrária - INCRA - no Estado do Rio de Janeiro;
XXI - Superintendência Federal da Agricultura - SFA/RJ;
XXII - União das Associações e Cooperativas de Usuários do Pavilhão
30 - UNACOOP;
XXIII - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Art. 3º - Facultar à Câmara Técnica o estabelecimento de regras es-
pecíficas para o seu funcionamento, desde que aprovada pela maioria
dos seus membros, observado o disposto no Regimento Interno do
CEDRUS.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 20 de fevereiro de 2020

MARCELO QUEIROZ

Presidente do CEDRUS

Secretário de estado de Agricultura, Pecuária,
Pesca e Abastecimento

Id: 2242367

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOS

DESPACHO DO COORDENADOR
DE 02.03.2020

PROCESSO N° E-02/007/001622/2018 - AUTORIZO o cancelamento
do Registro SIE RJ n° 1308, classificado como Entrepoto de Car-
nes.

Id: 2242134

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOS
DESPACHOS DO COORDENADOR
DE 10.03.2020

**PROCESSO N° E-02/001/001642/2014 - CENCOSUD BRASIL CO-
MERCIAL LTDA - AUTORIZO** o registro do estabelecimento classifi-
cado como Entrepoto de carnes e derivados.

**PROCESSO N° E-02/001/004675/2016 - CENCOSUD BRASIL CO-
MERCIAL LTDA - AUTORIZO** o registro dos produtos listados à fls.14
a 23.

Id: 2242212

TODA VÍTIMA DO TRÂNSITO TEM DIREITO AO SEGURO DPVAT.



Veja, passo a passo, como receber o seguro DPVAT:



1- Verifique o tipo de indenização a ser solicitada.

O **DPVAT** indeniza casos de morte,
invalidez permanente e reembolsa
despesas médico-hospitalares. Veja
qual é o seu caso para saber que
tipo de documentação necessita.



2- Tenha em mãos a documentação completa.

A documentação varia conforme o tipo
de indenização solicitada, por morte,
invalidez permanente ou reembolso de
despesas médico-hospitalares. Acesse
www.detran.rj.gov.br e clique no link
"Seguro **DPVAT**". Nele, você encontrará
a lista dos documentos que precisa
para dar entrada nos diferentes tipos
de indenização.



Veja quem tem direito ao Seguro DPVAT: proprietários de veículos ou não e até mesmo estrangeiros acidentados no país.

3- Apresente os documentos na rede de seguradoras DPVAT.

Através do link "Seguro **DPVAT**",
é possível verificar a lista completa
da rede de seguradoras **DPVAT**.
Escolha a que lhe for mais conveniente
e leve sua documentação até ela.
As seguradoras são as responsáveis
por garantir o pagamento das
indenizações e esclarecer dúvidas.



4- Fique atento ao prazo para entrar com o pedido.

O prazo para dar entrada no pedido de
indenização do Seguro **DPVAT** passou
a ser de 3 anos, a contar da data em
que ocorreu o acidente. Nos casos
envolvendo invalidez, em que o
acidentado esteve ou ainda está em
tratamento, o prazo levará em conta
a data do laudo conclusivo do IML.

Veja a cobertura do DPVAT:

Em caso de
morte

R\$ 13.500,00

Em caso de
invalidez permanente
até

R\$ 13.500,00

Em caso de reembolso
médico-hospitalar
até

R\$ 2.700,00



Você mesmo dá entrada no pedido de indenização. Sem intermediários.

Você nunca sabe o que vai acontecer, mas esta informação você precisa saber: o DPVAT é um seguro, recolhido junto com

o IPVA, que indeniza toda vítima do trânsito. O DPVAT protege o motorista, o passageiro e o pedestre. Assim, todas as

pessoas, e isso inclui você e sua família, estão protegidas. As indenizações cobrem casos de morte ou invalidez permanente

e despesas comprovadas com médicos ou hospitais. É muito fácil dar entrada nos pedidos de indenização ou reembolso.

Saiba mais: www.detran.rj.gov.br ou 0800 020 4042

DETRAN



Imprensa Oficial

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO